

## DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ, LITERATURA E HISTÓRIA: ALGUMAS CONCEPÇÕES<sup>1</sup>

Ana Cristina Steffen<sup>2</sup>

**Resumo:** Dinah Silveira de Queiroz (1911-1982), em uma carreira literária de mais de 40 anos, escreveu romances, contos, teatro, ficção científica e literatura infantojuvenil. Um dos gêneros literários que mais trouxe notoriedade para a escritora, no entanto, foi a ficção histórica. Exemplo disso é *A muralha* (1954), que tem como pano de fundo a Guerra dos Emboabas. Outro exemplo é *Os invasores* (1965), trama desenvolvida a partir dos acontecimentos envolvendo a invasão francesa ao Rio de Janeiro em 1710. A ligação da autora com a ficção histórica, entretanto, não se restringe a esses dois romances: Queiroz também estabeleceu reflexões, por meio de diferentes textos para a imprensa, sobre as relações entre literatura e história e sobre o próprio conceito de romance histórico. Assim, o objetivo central deste trabalho é primeiramente recuperar essas reflexões da autora. Com isso, seus apontamentos serão comparados com as propostas de estudiosos como Hayden White e Paul Ricoeur, e também com o que Dinah de fato realizou em *A muralha* e *Os invasores*.

**Palavras-chave:** Dinah Silveira de Queiroz; *A muralha*; *Os invasores*; Ficção histórica; Literatura brasileira.

## DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ, LITERATURE AND HISTORY: SOME CONCEPTS

**Abstract:** Dinah Silveira de Queiroz (1911-1982), in a literary career spanning more than 40 years, wrote novels, short stories, theater, science fiction and children's literature. One of the literary genres that brought her the most notoriety, however, was historical fiction. An example of this is *The women of Brazil* (1954), which has as background the Emboabas War. Another example is *Os invasores* (1965), a plot based on the events surrounding the French invasion of Rio de Janeiro in 1710. The author's connection with historical fiction,

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Possui graduação em Letras/Língua Portuguesa (2017) e Secretariado Executivo (2008), especialização em Marketing Estratégico (2010) e Mestrado (2019) e Doutorado (2023) em Letras - Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Sua atuação como pesquisadora está voltada às áreas da literatura brasileira, literatura de autoria feminina, teoria e crítica feministas, ficção histórica, e também à obra da escritora Dinah Silveira de Queiroz. Atualmente, é Analista de Assuntos Culturais na Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul. E-mail: ana.steffen@acad.pucrs.br

however, is not restricted to these two novels: Queiroz also reflected, through different texts for the press, on the relationship between literature and history and on the concept of the historical novel itself. Thus, the main objective of this work is firstly to recover these author's reflections. Hence, her notes will be compared with the proposals of scholars such as Hayden White and Paul Ricoeur, and also with what Dinah in fact accomplished in *The women of Brazil* and *Os invasores*.

**Keywords:** Dinah Silveira de Queiroz; *The women of Brazil*; *Os invasores*; Historical fiction; Brazilian literature.

## Considerações iniciais

A escritora paulista Dinah Silveira de Queiroz (1911-1982), em uma extensa e produtiva carreira literária, transitou por diferentes gêneros, sendo bastante reconhecida, por exemplo, como autora de ficção científica e como cronista. Entre esses os gêneros, um dos que trouxeram notoriedade a Queiroz foi a ficção histórica. Amostra maior disso é *A muralha* (1954) romance que tem como pano de fundo a Guerra dos Emboabas, ocorrida na primeira década do século XVIII. Exemplos do grande sucesso da obra são suas diversas edições fora do Brasil, em países como Argentina, Estados Unidos, Japão e Portugal, além de algumas adaptações para televisão, rádio e história em quadrinhos. *Os invasores* (1965), outro de seus romances históricos, teve um alcance bem menos significativo do que *A muralha*, apesar dos elogios da crítica. Esse romance tem sua narrativa situada no Rio de Janeiro, durante a invasão francesa de 1710, chefiada por Jean-François Duclerc. Tanto *A muralha* quanto *Os invasores* foram publicados por ocasiões de efemérides: o primeiro, em celebração ao IV centenário de São Paulo, e o segundo, em meio às comemorações do IV centenário do Rio de Janeiro.

A partir da leitura desses dois livros, é possível observar que a autora tinha uma visão em particular a respeito do que era um romance histórico. Em parte, tal visão também pode ser constada nos paratextos de autoria de Queiroz que acompanham as duas obras, nos quais são levantados pontos importantes acerca das mesmas. Para além desses paratextos, a perspectiva da autora sobre esse tipo de narrativa também pode ser observada em outros de seus escritos. Entre os textos presentes em meio à vasta produção de crônicas de Dinah, com frequência ela se voltou para sua própria obra e/ou para tópicos relativos à mesma. Somadas às discussões específicas sobre cada livro, ela também discorria sobre questões que diziam respeito às relações estabelecidas entre literatura e história e sobre o romance histórico de modo geral. Além disso, merece destaque a ampla quantidade

de entrevistas concedidas pela escritora a jornais e revistas, nas quais ela abordava com frequência esses mesmos assuntos.

Esses variados registros na mídia inserem Queiroz entre aqueles autores que, além da ficção, também expuseram por meio de textos outros, os seus posicionamentos e concepções acerca do fazer e do texto literário. E, especificamente no que concerne ao romance histórico e às relações entre literatura e história, Dinah também integra o grupo expressivo de ficcionistas e pensadores que produziram reflexões relativas a essas temáticas, as quais, mesmo permanecendo ainda hoje como matéria de discussão, datam de um período muito anterior à escritora. Esse artigo, assim sendo, traça um brevíssimo panorama dos debates acerca desses tópicos, de modo a relacionar as ideias de diferentes autores e estudiosos àquelas da escritora paulista; para isso, foi realizada uma busca por textos de Queiroz em diversos periódicos, acessados principalmente por meio da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Além disso, com o acesso a esses textos, se propõe aqui um exame sobre em que medida alguns dos pontos principais das considerações feitas por Queiroz se relacionam com seus próprios romances, neste caso, *A muralha* e *Os invasores*.

## Literatura, história e ficção histórica: algumas perspectivas e concepções

O surgimento do debate acerca das relações entre história e ficção é tão antigo quanto a discussão a respeito da própria literatura. Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), por exemplo, propõe em sua *Poética* (1994) uma distinção entre o poeta e o historiador. O primeiro narra aquilo que poderia ter sucedido – sem com isso excluir a possibilidade de a literatura utilizar personagens ou eventos da história. Nessa afirmação do filósofo, contudo, não está prescrita à literatura uma obrigatória fidelidade histórica ou semelhança com a realidade empírica: o compromisso do ficcionista, segundo ele, é para com a *verossimilhança*. Esta diz respeito ao mundo que se erige internamente na obra, no qual podem constar os mais absurdos eventos desde que seu autor os apresente de modo que pareçam razoáveis naquela realidade. O historiador, por outro lado, narra somente aquilo que de fato ocorreu. Baseado nas diferenças entre um e outro, Aristóteles afirma ser a literatura mais séria e filosófica – pois contempla o universal –, enquanto a história se refere apenas ao particular – ao que ocorreu em determinada situação com determinado indivíduo. Adicionalmente, o pensador também reconhece a aproximação entre o poeta e o historiador ao apontar que seus contrastes não se encontram na forma em que escrevem: “não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa

(pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa)” (ARISTÓTELES, 1994, p. 115).

Mais de dois mil anos depois de Aristóteles, as afinidades e discrepâncias entre literatura e história seguem motivo de discussão. Especialmente no século XX, numerosos estudos surgiram acerca do tema. Alguns exemplos emblemáticos são aqueles empreendidos por autores como o norte-americano Hayden White (1928-2018) e o francês Paul Ricoeur (1913-2005). O primeiro, em seu *Meta-história*, publicado em 1973, apresenta uma análise a respeito dos recursos poéticos e/ou literários empregados por alguns dos principais historiadores do século XIX na escrita de suas obras. A partir de tal estudo, White (1992) conclui que a escolha por um ou outro desses recursos tem razões antes estéticas ou morais do que propriamente epistemológicas. Essas ideias são retomadas alguns anos depois, em 1978, em *Trópicos do Discurso* (1994), obra na qual White faz a polêmica afirmação de que narrativas históricas são manifestadamente “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 1994, p. 98, grifos do autor). Essa proposta de White está diretamente ligada à noção de que os relatos históricos se constituem enquanto diferentes interpretações dos mesmos fatos: conforme varia o historiador, afirma o teórico, igualmente varia a maneira como um determinado acontecimento é compreendido e narrado. Ligado a isso, segundo White, ainda há o fato de o historiador preencher as lacunas existentes entre um evento e outro de acordo com o modo como tais eventos, e a relação entre eles, são interpretados. Por outro lado, o autor ressalta concordar que eventos históricos são diferentes de eventos ficcionais. Suas afirmações acerca da escrita da história, assim, dizem respeito à forma e à construção de sentido que essas narrativas buscam elaborar; nas palavras de White, “Não importa se o mundo é concebido como real ou apenas imaginado; a maneira de dar-lhe um sentido é a mesma” (WHITE, 1994, p. 115).

Os apontamentos de White são retomados por Paul Ricoeur em *Tempo e narrativa*, obra de significativa extensão composta por três volumes publicados originalmente entre 1983 e 1985. O filósofo concorda com a proposta de White sobre a presença de procedimentos literários na elaboração da intriga de obras do campo da história. No entanto, nos postulados de Ricoeur a abordagem sobre o entrelaçamento entre literatura e história segue outro propósito: ao separar o discurso narrativo em duas grandes classes, o da ficção e o da historiografia, o autor levanta uma série de questões envolvendo ambas, entre as quais estão, por exemplo, o debate acerca da referência empírica e da temporalidade – esta última, ponto central de sua obra. No primeiro volume de *Tempo e narrativa*, Ricoeur

introduz a ideia de *referência cruzada* entre história e literatura, surgida a partir da seguinte pergunta: “Toda narrativa não é contada como se tivesse ocorrido, como o testemunha o uso comum dos tempos verbais do passado para narrar o irreal?” (RICOEUR, 1994, p. 125). Esse questionamento é o que leva o autor a afirmar que história e ficção se inspiram, em uma mesma medida, uma na outra. Ricoeur, ademais, defende que literatura e história têm em comum o ato de refigurar o tempo, transformando-o em tempo humano ao colocá-lo em narrativa.

Ainda que o filósofo não aborde propriamente a ficção histórica, ele traça apontamentos que podem ser diretamente utilizados nas discussões acerca desse tipo de narrativa. É emblemática, nesse sentido, sua afirmação de que o fato de a literatura se valer de personagens, acontecimentos e locais fictícios e, ao mesmo tempo, também utilizar aqueles com existência histórica, é um indício de “que a experiência fictícia do tempo relaciona à sua maneira a temporalidade vivida e o tempo percebidos como uma dimensão do mundo” (RICOEUR, 1997, p. 220). No entanto, para Ricoeur, é um sério engano concluir que, com isso, aqueles eventos aos quais podem ser atribuídas datas específicas aproximam o tempo da ficção ao tempo histórico. Na visão do filósofo, acontece justamente o oposto: “Do simples fato de que o narrador e seus heróis são fictícios, todas as referências a acontecimentos históricos reais são despojados de sua função de representância relativamente ao passado histórico e obedecem ao estatuto irreal dos outros acontecimentos” (RICOEUR, 1997, p. 220).

Essa afirmação complementa o que o autor havia anteriormente exposto no primeiro volume de *Tempo e narrativa*, quando enfatiza que “só a historiografia pode reivindicar uma referência que se inscreve na *realidade empírica*, na medida em que a intencionalidade histórica visa acontecimentos que *efetivamente* ocorreram” (RICOEUR, 1994, p. 125, grifos do autor). No volume três é ressaltado, contudo, que a questão do “real” no que diz respeito ao passado histórico é, dentre aquelas levantadas pela historiografia ao se pensar na história, a mais incômoda. Apesar disso, aponta Ricoeur, a resposta a tal questão – difícil, mas inevitável, segundo ele – constitui outra das diferenças entre história e literatura. Isso porque, mesmo considerando o caráter seletivo, de maneira geral, das documentações, e o impacto exercido por diferentes posições ideológicas, o recurso da utilização de documentos é, para o pensador francês, uma das marcas que separa história e ficção. Segundo Ricoeur, diferentemente do romancista, o historiador busca em sua narrativa reconstruir o passado, e esse tipo de reconstrução submete esse profissional, através de provas documentárias, a aquilo que aconteceu. Além disso, o historiador “tem uma dívida para com o passado, uma dívida de conhecimento para com os mortos, que o transforma num devedor insolvente” (RICOEUR, 1997, p. 242).

Nessa passagem, é possível observar certa aproximação entre o pensamento de Ricoeur e o de White, pois o filósofo francês também reconhece as implicações das diferentes operações empreendidas pelo historiador. Entretanto, a aproximação entre literatura e história, em sua proposta, supera as indicações de White. Para Ricoeur, o entrecruzamento das duas disciplinas está na imitação que uma faz da outra e, sobretudo, naquilo que refiguram do tempo em suas respectivas narrativas. Na história, além de serem reproduzidos os procedimentos literários no que diz respeito à forma da escrita – conforme aponta White –, o mesmo pacto de leitura que se dá entre o leitor de um romance e a obra lida também acontece com o leitor de uma narrativa histórica. Ou seja, este crê completamente naquilo que é lido, de modo que ao historiador é concedido “o direito exorbitante de conhecer as almas” (RICOEUR, 1997, p. 323). Assim sendo, o historiador se permite utilizar certos recursos visando trazer uma maior vivacidade às situações por ele narradas ou aos encadeamentos restituídos, o que, no entanto, causa certo conflito, segundo Ricoeur, entre a vigilância crítica que deve ser exercida na escrita da história.

Na literatura, por sua vez, Ricoeur aponta que, quando se estabelece o pacto de leitura entre a obra e o leitor, se compreende “que os acontecimentos relatados pela voz narrativa pertencem ao passado dessa voz” (RICOEUR, 1997, p. 329). Em outras palavras, Ricoeur afirma que quando algo é contado em uma obra literária, se conta como se de fato tivesse ocorrido. Assim sendo, “A narrativa de ficção é quase histórica, na medida em que os acontecimentos irrealis que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é assim que eles se parecem com acontecimentos passados e a ficção se parece com a história” (RICOEUR, 1997, p. 329). Ricoeur aponta que as discussões estéticas surgidas com o romance realista foram as responsáveis por obscurecer essa simulação de um passado realizada pela ficção. A ascensão desse tipo de romance, afirma o autor, fez com que a verossimilhança passasse a ser confundida com correspondência com o real, colocando, assim, a ficção no mesmo patamar da história.

O desenvolvimento das reflexões sobre história e literatura, é interessante observar, não se restringe a filósofos e teóricos. O romancista Mario Vargas Llosa (1936-), em “La verdad de las mentiras”, ensaio publicado originalmente em 1990 em livro homônimo, escreve sobre o fato de constantemente lhe perguntarem sobre a veracidade de seus textos; para algumas pessoas, afirma Llosa (2009), um romance ser considerado “bom” ou “ruim” está necessariamente ligado a ele ser “verdadeiro” ou “falso”. O escritor afirma que, obviamente, os romances mentem. Porém, ao fazê-lo, expressam outra verdade, em que algo é transformado e acrescentado à vida. Llosa, ao discutir esses tópicos, redonda em abordar a relação entre literatura e história: a distinção entre ambas, para ele, reside no fato de a literatura contar a história que os historiadores não sabem, e nem podem contar. A

verdade histórica, para o autor, depende somente do seu cotejo com a realidade que a inspirou; a verdade literária, diversamente, se ampara em sua capacidade de persuasão, na habilidade de sua magia e na força de comunicação de sua fantasia – concepção que se equipara à verossimilhança postulada por Aristóteles.

Outro escritor que também se deteve nesse tipo de análise foi o português José Saramago (1922-2010). Em artigo de jornal intitulado “História e ficção”, também publicado em 1990, o autor apresenta o historiador como um “escolhedor de fatos” na reconstituição do passado, ao passo que o romancista poderia ser o responsável por “corrigir” tal reconstituição. Essa atribuição da literatura, entretanto, não significa corrigir propriamente os fatos históricos – o que não caberia aos romancistas, segundo Saramago – mas introduzir na história “pequenos cartuchos que façam explodir o que até então parecia indiscutível: em outras palavras, substituir o que foi pelo o que poderia ter sido” (SARAMAGO, 1990, p. 19). O escritor português afirma que, mais do que um esforço inútil, a leitura histórica feita por via de um romance que proceda de tal forma permite uma visão crítica da história, ocasionando assim “uma instabilidade, uma vibração, precisamente causadas pela perturbação do que poderia ter sido, quiçá tão útil a um entendimento do nosso presente como a demonstração efetiva, provada e comprovada do que realmente aconteceu” (SARAMAGO, 1990, p. 19). Saramago, por fim, define a história como um questionamento incessante a respeito do tempo passado, realizado em nome de inquietações, problemas e curiosidades com os quais o presente nos cerca. Esse conceito poderia, segundo o autor, também ser atribuído à definição de romance, bem como à de romance histórico.

Dinah Silveira de Queiroz, de maneira análoga aos autores já citados, também traçou suas reflexões acerca das conexões entre literatura e história, motivada principalmente pela escrita de *A muralha*, e posteriormente por *Os invasores*. Um exemplo disso é o texto “Ficção e realidade em *A muralha*”, presente na edição de 21 de novembro de 1953 da revista *O Cruzeiro*. Na análise realizada, é possível notar uma aproximação entre o que é defendido pela escritora e as propostas da *Poética* de Aristóteles:

A História pode dar episódios aparentemente sem nexos. Ela não necessita da coerência, porque de si mesma já é uma evidência completa. Quanto ao historiador, resolvendo arditamente tapar os buracos, enche os claros entre os acontecimentos, com imagens geradas por sua imaginação, está cometendo o seu pecado mortal. Todavia, o romancista, baseando uma narrativa num fundo histórico, tem o dever de explicar, de dar verossimilhança à própria verdade da

História. É nesta verdade de romance que se agitam as personagens (QUEIROZ, 1953, p. 3).

Nessa passagem, também fica evidente uma compreensão mais ortodoxa quanto à escrita da história, diferente daquela que seria proposta por Hayden White duas décadas depois – em que o estudioso afirma, justamente, a atuação dos historiadores no preenchimento de “lacunas”. Por outro lado, emerge também dessa passagem a defesa de que cabe à ficção ocupar esses espaços vazios. Essa premissa pode ser percebida, por exemplo, na obra *Os invasores*. Isso porque, conforme a autora ressalta em artigo de 29 de novembro de 1977 publicado no *Diário do Paraná*, nesse romance ela apresentou uma explicação para a morte do francês Jean-François Duclerc, líder da invasão ao Rio de Janeiro em 1710, assassinado em 1711 na mesma cidade: em *Os invasores* há “o (relato de uma invasão) e a explicação da morte do invasor Duclerc, até hoje um mistério histórico que procurei resolver” (QUEIROZ, 1977, p. 2). A identidade do ou dos assassinos permanece até a atualidade, de fato, incerta. Porém, é interessante destacar que mesmo a solução oferecida pela escritora para preencher essa lacuna da história não é narrada de modo que a explicação seja inquestionável. Ainda que todas as circunstâncias sugiram ter sido a personagem Inês a assassina, a cena do momento do assassinato propriamente não é registrada na narrativa. Além disso, as referidas circunstâncias carregam elementos que põem em dúvida a verdadeira identidade do responsável pela morte de Duclerc, como a existência de outras personagens que também demonstravam ter planos de assassiná-lo, ou o pormenor de que o suposto assassino deixa o local do crime vestindo um capuz – o que não permite identificá-lo.

Também em “Ficção e realidade em *A muralha*”, Dinah estabelece uma reflexão sobre uma “verdade” de romance. Esse texto para a revista *O Cruzeiro*, conforme a autora explica, foi (supostamente) motivado pela pergunta de um leitor, de nome Orlando, que desejava saber quais personagens da narrativa eram reais e quais eram inventadas. A indagação feita à autora é por ela abordada da seguinte maneira:

No pórtico do livro, aproveitei uma citação de Dom Braz Olinto, que você, Orlando, já deve ter lido no capítulo X: ... *Tudo que acontece eu ponho neste livro. E se não acontece, estando no livro, é o mesmo que ter acontecido*. Reunindo episódios (...) pretendi unir a História... à Verdade. Digamos, por exemplo, que Mãe Cândida não

seja uma personagem histórica. Todavia, ela é uma personagem verdadeira. Tem o nome de minha bisavó e além disso simboliza, em sua altivez e sua têmpera, a matrona paulista da era da Bandeiras, a que se tornava, na ausência do marido, chefe de um pequenino Estado, como eram as fazendas da época, com a grande família, escravos e agregados. (...) Se você, Orlando, houvesse perguntado quais são as personagens históricas, não estaria criando caso. Você perguntou quais as *verdadeiras*. E eu teria que responder, dizendo debaixo da minha honestidade de romancista: todas são – ou eu pretendo que sejam – verdadeiras. Cristina tem o nome de minha avó paterna e é feita de retalhos da verdade; Dom Guilherme Saltão é um tipo muito contraditório na velha Piratininga; (...) Sei que você quer saber se Dom Braz Olinto foi mesmo um bandeirante e estranha que ele não tenha monumento ou qualquer placa de rua. Ainda hoje se descobrem em documentos guardados em Portugal, novos nomes de audazes bandeirantes que não são conhecidos no Brasil. Quem sabe se um dia uma prova relativa aos descobrimentos de Dom Braz não vai aparecer? (QUEIROZ, 1953, p. 3, grifos da autora).

Nesse trecho, surge também a compreensão da autora de uma verdade de ficção definida enquanto algo que poderia ter sido, colocando-a mais uma vez próxima às ideias de Aristóteles. Esse atributo é apresentado desde o ponto inicial de *A muralha*, pois a fala da personagem Dom Braz mencionada por Dinah seria posteriormente empregada como epígrafe do livro: “Tudo o que acontece eu ponho neste livro. E se não acontece, estando no livro, é o mesmo que ter acontecido” (QUEIROZ, 2000, p. 5). Apesar de pequena em tamanho, essa epígrafe tem grande importância devido a dois motivos, principalmente; primeiro, porque, em uma narrativa em que coexistem personagens que possuem referente na história e também aquelas puramente ficcionais, se faz a opção por utilizar uma das declarações de Dom Braz – pertencente a essa última categoria de personagem – como epígrafe do romance. Segundo, porque ela sintetiza a ideia do que a própria escritora considera como a verdade de romance: todos os episódios, mesmo aqueles não relacionados a eventos históricos, devem ser lidos como verdade – aquela da literatura, porém.

Essas considerações permitem associar a verdade de romance de Queiroz com o que Ricoeur (1997) afirma sobre esta imitar da história: quando uma voz narrativa empreende um relato, este é compreendido – por meio do pacto da leitura – como participante do passado dessa voz, ou seja, como algo que de fato ocorreu. Por outro lado, a autora se afasta das concepções do pensador francês quando

afirma que parte das personagens por ela criadas está em acordo com pessoas que poderiam ter existido ou existiram. A verossimilhança de uma narrativa, conforme a concepção de Aristóteles compartilhada por Ricoeur, não depende desse fator. Logo, essa observação de Dinah pode ser ligada ao que em *Tempo e narrativa* é apontado como a confusão acerca desse aspecto surgida com a literatura realista. Isso porque, pode ser inferido que a autora partilhava, pelo menos em parte<sup>3</sup>, da crença de que a ficção narra situações que poderiam ter ocorrido, sendo essas compreendidas, na concepção da autora, enquanto episódios e/ou indivíduos que de algum modo se aproximem de referências empíricas.

Somado a isso, há o fato de um assumido comprometimento da escritora na pesquisa em documentos e livros em que são abordados os eventos históricos por ela ficcionalizados; isso pode ser ilustrado, por exemplo, pela coluna de João Condé na revista *O Cruzeiro* de 13 de fevereiro de 1954. Nessa, foi publicada uma carta de Dinah ao crítico, em que ela aborda o processo de criação de *A muralha*, sobre o qual informa ter passado dois anos “reunindo uma pequena biblioteca sobre assuntos do tempo dos bandeirantes” (QUEIROZ, [1954?] apud CONDÉ, 1954, p. 65). Para Ricoeur, conforme já foi exposto, diferentemente do ficcionista, o historiador possui uma dívida com o passado e, além disso, a utilização de documentos estabeleceria a distinção entre esses dois tipos de profissionais. Porém, para Dinah – e, é possível arriscar afirmar, também para outros autores de ficções históricas – o romancista tem igualmente um compromisso com suas referências, cabendo a ele manter-se fiel à história da maneira como ela foi documentada. O território do ficcionista, para a escritora, são antes as referidas lacunas não cobertas pela narrativa histórica. Esse e outros pontos surgem novamente em textos posteriores de sua autoria. Em uma matéria feita pelo jornal *A noite* (RJ) em 19 de janeiro de 1954, por exemplo, consta um longo depoimento da autora sobre *A muralha*. Nesse depoimento, uma vez mais é reiterada sua posição quanto à função do historiador e do romancista:

como a História é a Evidência, os historiadores muitas vezes canalizam os episódios, sem dar-lhes esta coerência de vida que o romance pode dar. Eles não podem preencher as lacunas, não dispõem deste reino da invenção que nos é assegurado. Se eles quiserem tapar buracos entre acontecimentos, farão o seu pecado. Ora, tal não se dá conosco. O romance levanta atmosfera, recria

<sup>3</sup> Essa observação é feita devido ao fato de Dinah Silveira de Queiroz, conforme já referido, ter uma significativa produção de narrativas que transitam pela ficção científica, as quais não encontram, necessariamente, o tipo de referência aludido pela autora.

ambientes e se deve prender ao fio da verdade, tem amplos poderes para fazer a História uma realidade de vida e não uma narração de prateleiras de livraria (QUEIROZ, 1954 apud UM ROMANCISTA, 1954, p. 4).

A reiterada alusão à atuação dos romancistas nos espaços em branco da história pode ser relacionada, para além do que autora empreende em *Os invasores*, a uma preferência, constatada com a leitura dos dois romances aqui examinados, por eventos históricos obscuros. Adicionalmente ao fato de a escritora propor especificamente uma explicação para um crime não solucionado – o assassinato de Duclerc – há outras passagens de suas obras, inspiradas em fatos históricos, que também carecem de informações ou mesmo de comprovação. Um exemplo disso é a narrativa desenvolvida em *A muralha* acerca da reação severa das mulheres contra os homens que retornavam do Capão da Traição – um massacre ocorrido durante a Guerra dos Emboabas. Essa reação é registrada por alguns historiadores de modo vago e com poucas informações. Isso pode ser constatado nas obras de Afonso d'Escragnoille Taunay, José Soares de Mello e Paulo Prado, algumas das referências citadas pela autora como fontes de suas pesquisas (QUEIROZ, 1953; QUEIROZ, [1954?] apud CONDÉ, 1954). Em Prado, não foi localizada alusão ao episódio; Soares de Mello relata o ocorrido nesta breve passagem:

Não os acolhem as espartanas de Piratininga. Não lhes escutam as torturas sofridas. Trancaram-lhes as portas, dizendo que eles não deviam ter regressado. Como podiam voltar se não estava tudo acabado? A impiedade do Rio das Mortes continua impune. E enquanto não for bem vingada a perversidade da dura gente lusitana os corações das mulheres de S. Paulo ficarão de luto. Sofrem os paulistas aquelas humilhações bem mais insofríveis que as crueldades emboabas ainda vivíssimas aos seus olhos. Em silêncio tragaram as lágrimas mais ardentes. Mas não tardou reação. Ninguém lhes chamará covardes (1979, p. 157-158).

A narrativa do episódio – assim como parte significativa da obra de Soares de Mello – é carregada de cores dramáticas e traços literários. Não são apresentados, como pode ser observado na citação, dados mais precisos a respeito do ocorrido. Taunay, por sua vez, comenta que

É tradição que foram estes [os paulistas que conseguiram fugir do Capão da Traição] pessimamente acolhidos pelos concidadãos e até mesmo por seus parentes, sobretudo os do sexo feminino, que não cessavam de lhes exprobrar a covardia. Jamais achamos na documentação municipal paulistana referência alguma, concreta, a um episódio que, no entanto, deve ter causado imensa impressão em toda a terra paulista (1948, p. 574-575).

O autor, como fica demonstrado nesse trecho, assinala que nunca foi encontrado registro formal do ocorrido, e o início da passagem permite inferir que Taunay interpreta o evento como antes ligado ao mito, à lenda, à tradição do que a fatos históricos documentados. Além disso, é relevante registrar que o próprio conflito como um todo, a Guerra dos Emboabas, é um tanto indefinido, conforme também Taunay afirma: “Até hoje, acha-se a Guerra dos Emboabas mal esclarecida, embora sobre ela já existam alguns estudos, mais e menos valiosos” (1948, p. 453). Essa compreensão segue presente mesmo em estudos bem mais recentes, como em um artigo da pesquisadora Adriana Romeiro, em que é afirmado que “o levante emboaba foi muito mal documentado: não há registros precisos, por exemplo, sobre as batalhas e confrontos entre paulistas e emboabas e a condução do governo emboaba” (ROMEIRO, 2009, p. 115). No que diz respeito aos fatos históricos aludidos na trama de *Os invasores*, igualmente há imprecisão. Na obra *Os franceses no Rio de Janeiro* (1950), de Augusto Tasso Fragoso – uma das referências de Dinah, segundo informado em paratexto de sua autoria –, o autor declara: “São esses os documentos que reputo capitais e permitem formar-se uma ideia, *embora imperfeita*, dos sucessos em 1710 e 1711” (1950, p. 7, grifo nosso). Esses são alguns dos exemplos que tornam possível a inferência de uma predileção de Queiroz por partes incertas e incompletas da história, que oportunizavam o exercício do romance histórico com o qual a autora declarava se alinhar: aquele em que o ficcionista preenchia com invenção somente as lacunas não ocupadas pelas narrativas da história.

Ainda na mesma matéria para o jornal *A noite*, Dinah ressalta a riqueza da história do Brasil e o fato de que, naquela época, essa era escassamente aproveitada para a escrita de romances históricos. Além disso, ao estabelecer uma comparação entre a história brasileira – em suas palavras, misteriosa, contraditória e complexa – e a francesa – clara e solar – Dinah faz uma observação significativa: “Não se diga, porém que a História da França está assim clara porque já foi inteiramente deslindada: *jamais haverá uma última palavra sobre a História*”

(QUEIROZ, 1954 apud UM ROMANCISTA, 1954, p. 4, grifo nosso). Dessa maneira, apesar de sua concepção tradicional sobre a forma como se deve escrever a história, a autora declara haver inúmeras possibilidades no que diz respeito a esse campo do saber, no qual afirmações definitivas seriam impraticáveis. Com isso, Dinah ao mesmo tempo se aproxima e se afasta das propostas de Hayden White: enquanto a escritora defende ser o preenchimento de lacunas o grande pecado do historiador, também julga não haver asserções inalteráveis quando se trata de história. Essa concepção é novamente evocada em um artigo da escritora publicado no jornal *Correio da Manhã* (RJ) em 3 de abril de 1954. Nesse texto, ao fazer uma defesa do romance histórico, Queiroz traz algumas reflexões sobre as relações da literatura com a história. Entre essas, novamente se apresenta a ideia de o romance ser a história daquilo que poderia ter acontecido. Além disso, Dinah retoma a ideia de “verdade de romance”; nesse texto, porém, a escritora a distingue da “verdade de repórter”, assumindo assim uma postura similar à de Llosa:

Assim, existe uma verdade de romance, genuína e boa verdade, bem diferente da verdade do repórter – “verdade de superfície”. Esta o romance deve buscar na própria História, riqueza em que os historiadores, dela depositários, não podem meter a mão, mas que um romancista, por direito de seu ofício, pode esbanjar largamente. Mostro a diferença que existe entre verdade histórica e verdade de romance, com um exemplo: Quando estava escrevendo *A muralha*, me detive no estudo da personalidade de Bento Coutinho, o impiedoso, o terrível traidor, jamais perdoado pelos paulistas – o autor do massacre do Capão da Traição. O dicionário de Alarico Silveira, (...) ofereceu-me, em muitos casos, preciosas informações. Nele encontrei algo de impressionante. *Meu pai ali dizia que o mesmo Bento Coutinho que houvera sido o tremendo vilão da guerra dos Emboabas, fora herói, pouco tempo depois, da defesa do Rio de Janeiro, contra os franceses.* Determinados historiadores não queriam reconhecer isso, porque a História já decretou que Bento Coutinho é um infame, um réprobo. O Bento Coutinho da defesa do Rio de Janeiro seria outro – diziam esses historiadores – e não o mesmo. Baseada nesta descoberta de um único Bento Coutinho, *tracerei a verdade de romance da personagem, como um aventureiro levado ao calor do momento.* Procurei explicar o que houvera determinado sua traição aos paulistas; e estou segura que hoje os leitores que leram *A muralha* têm uma explicação que não é propriamente absurda de sua atitude impiedosa (QUEIROZ, 1954a, p. 6, grifos da autora).

Para ilustrar a distinção entre as duas verdades, a autora faz o relato a respeito da criação da personagem Bento Coutinho, de *A muralha*. Segundo Dinah, a história o havia colocado em uma posição de traidor devido a sua atuação na Guerra dos Emboabas. Porém, também conforme a escritora, o mesmo Bento Coutinho agira de forma heroica, não muito tempo depois, na defesa do Rio de Janeiro contra a invasão francesa. Ao fazer tal constatação, Queiroz afirma o ter colocado em sua obra como “*um aventureiro levado ao calor do momento*” (QUEIROZ, 1954a, p. 6, grifo da autora), explicando, assim, a motivação de suas atitudes. Desse modo, a partir da verdade histórica por ela endossada, a autora traçou a verdade de romance da personagem, atuando, também, de maneira alinhada ao que a ela já declarara compreender como função do romancista histórico: preencher as lacunas não ocupadas pela história. Nesse sentido, é de grande importância recuperar a fonte citada pela autora: sua referência a um dicionário de autoria de seu pai diz respeito a *Enciclopédia Brasileira*. Essa obra nunca chegou a ter sua edição totalmente concluída: apenas o volume da letra “A” foi publicado em 1958 – posteriormente, portanto, ao lançamento de *A muralha*.

Dinah, entretanto, era uma das herdeiras dos originais de Alarico Silveira, falecido em 1943 – logo, tinha acesso ao seu conteúdo. Entre esses materiais, estavam incluídas cerca de 100 mil fichas manuscritas que compunham o projeto da enciclopédia (LACOMBE, 1958). No único tomo publicado, consta um verbete dedicado a (Bento do) Amaral Coutinho, em que, conforme a autora menciona, é afirmado ser o mesmo o indivíduo envolvido na Guerra dos Emboabas e o na invasão francesa (SILVEIRA, 1958). Ao final desse verbete, consta a referência a três obras: *História geral das bandeiras paulistas*, de Afonso d'Escragno Taunay; o artigo “As invasões francesas no Rio de Janeiro, Duclerc e Duguay-Trouin”, parte dos Anais do IV Congresso de História Nacional, de Alberto Lamego; de Vasconcelos, *História antiga das Minas Gerais*, de Diogo Vasconcelos. Apesar da conclusão de Silveira sobre Amaral Coutinho – obtida a partir, também, de igual conclusão de outros autores –, não há consenso entre historiadores no que diz respeito à personagem histórica se tratar ou não de duas pessoas diferentes. Fabio dos Santos, em dissertação intitulada *Entre honras, heróis e covardes: invasões francesas e disputas político-familiares* (2012), apresenta uma ampla revisão dos diferentes pareceres sobre esse tópico. Ao concluir esse levantamento, o pesquisador assume a posição de considerar que o Bento de um e outro evento histórico eram indivíduos distintos, mas com ligação familiar.

Dinah, do mesmo modo que Silveira, concorda com aqueles historiadores, que acreditam ser um mesmo o Bento do Amaral Coutinho envolvido nos dois

diferentes eventos. Independentemente de qual das versões é a correta, para o estudo aqui proposto maior relevância tem o fato de que Dinah declarava acreditar que o responsável pelo Capão da Traição e por defender o Rio de Janeiro de Duclerc e de Duguay-Trouin se tratava de um mesmo indivíduo. A autora, assim, ao se deparar com esses fatos a respeito da personagem histórica, elabora em seu romance aquilo que teria motivado a ação cruel de Bento Coutinho. Com isso, Dinah, além de preencher lacunas da história, também a questiona. No depoimento da escritora, essa atitude ganha destaque na passagem: “Determinados historiadores não queriam reconhecer isso, porque a História já decretou que Bento Coutinho é um infame, um réprobo” (QUEIROZ, 1954a, p. 6). Primeiramente, fica em evidência que a escritora, ao se deparar com distintas versões a respeito da personagem, faz a opção por uma delas. Nessa perspectiva, também é relevante mencionar que um dos historiadores a quem Dinah pode estar fazendo alusão nesse trecho é Soares de Mello. Ele descreve da seguinte maneira a conduta de Coutinho momentos antes da chacina: “A cara afocinhada e o olhar feroz, olhar de fogo, de Amaral Coutinho, iluminam-se da maior alegria. O criminoso vê aproximar-se a hora do crime, crime tão estudado, hora tão esperada. Não lhe é possível ocultar o júbilo. Agora sim, pronunciar-lhe-ão o nome com terror!” (MELLO, 1979, p. 67). Comparando especificamente essa passagem com a forma como a atuação de Bento Coutinho é elaborada no romance de Dinah, mais evidente torna-se a oposição entre o que foi registrado por um dos historiadores consultados pela autora e o modo como ela escolheu narrar o fato: no texto literário, diversamente do que narra Soares de Mello, o crime do Capão da Traição não havia sido premeditado.

Essas circunstâncias não são as únicas em que pode ser apreendido, em *A muralha*, o questionamento da história por meio de Bento Coutinho. Para além do episódio do Capão da Traição, há outros momentos significativos envolvendo a personagem em que é expressa a contestação do discurso historiográfico. É exemplar, nesse sentido, a passagem em que a personagem Rosália, logo após seu casamento com Bento Coutinho, afirma que talvez ela seja louca por estar “Fugindo com um homem fugido” (QUEIROZ, 2000, p. 197). Coutinho então lhe responde:

Não quero que vosmecê brinque, falando desta maneira. Afinal, qual é o meu crime? De que me acusam? De tomar, à força, escravos alheios? Mas seu pai também não pegou índio, não fez escravidão proibida? (...) Não tenho culpa se me julgam bandido e matador. São maneiras de ver, minha querida. Infelizmente não existe um julgamento só no mundo. O que eu lhe posso garantir é que estou perfeitamente bem com minha consciência (QUEIROZ, 2000, p. 197).

Ao comparar seus crimes com as ações de outros, além de afirmar a existência de diferentes visões e julgamentos, a personagem estabelece uma ligação com as diferentes formas de se narrar histórias e, conseqüentemente, de se narrar a própria história. Nesse posicionamento também se distingue uma afinidade com as propostas teóricas de Hayden White, naquilo em que o estudioso aponta acerca do fato de as narrativas históricas serem impactadas pelas diferentes compreensões que os diferentes historiadores fazem de acontecimentos passados. Além disso, essa fala também pode ser igualmente compreendida como síntese do caráter dúbio da personagem para o qual não somente é construída uma razão que o levou a cometer um crime bárbaro, como também é feita sua introdução em *Os invasores* com uma outra aura, a de herói. Nesse romance, de maneira análoga ao que ocorre em *A muralha*, há uma passagem dedicada à personagem em que são aludidas variadas (e diferentes) interpretações presentes também no discurso da história:

Longe, na cidade, havia sobre Bento do Amaral infundável controvérsia. Diziam uns que se fiassem nele: outros que não, e sustentavam que até de nome mudara. Um episódio ainda não fora devidamente esclarecido para os habitantes de São Sebastião do Rio de Janeiro. Jurara Bento pela Santíssima Trindade, faltara a seu juramento e passara a fio da espada trezentos paulistas nas Minas Gerais. Os que o amavam, sem nele ver defeito, eram os jovens: “Que os paulistas não reconheciam nem rei nem lei”, diziam. Alguns, chegavam a negar simplesmente a acusação: outros, procuravam ver nela uma forma do poder aterrador de Bento do Amaral. Para estes moços, o que apontavam como erro seria até elogio, como se Bento, sozinho, valesse uma guerra. Estavam, pois, todos eles ali reunidos. Em tempos aventureiros, em que não havia fronteira demarcada entre o herói e o renegado, ouviam ávidos os moços o que lhes dizia aquele homem bem mais velho, que trazia de sua vida – pelas funduras dos sertões – hábitos e roupas estranhas. Os cabelos crespos, grosseiro de jeito, tratava sempre com ânimo os assuntos (QUEIROZ, [198-], p. 98).

Nesse trecho, é apresentado que, se por um lado, os paulistas viam a personagem como um criminoso devido aos seus atos envolvendo o Capão da

Traição, por outro, os mesmos atos motivavam a admiração dos jovens por ele liderados no Rio de Janeiro. Além disso, é interessante observar que, apesar de declarar o oposto, Dinah procede de maneira a reforçar a controvérsia a respeito da identidade de Bento do Amaral Coutinho. Isso porque, enquanto em *A muralha* ele é apresentado como Bento Coutinho, em *Os invasores*, surge como Bento do Amaral, somente. O nome completo da personagem histórica, segundo a enciclopédia de Silveira (1958), conteria os dois sobrenomes. Assim, essa escolha da autora pode ser compreendida como uma confirmação de que, ainda que a personagem houvesse mudado de nome, conforme é mencionado no trecho citado, se tratava de um mesmo indivíduo, visto que apenas ocultava um ou outro de seus dois sobrenomes – tendo em consideração, nesse caso, a referência à personagem histórica. Entretanto, se forem desconsiderados fatores extraliterários, o que prevalece é a dúvida sobre se tratar ou não da mesma personagem de *A muralha*. Logo, de maneira correlata à que procede em relação a Inês e a sua responsabilidade pela morte de Duclerc, Dinah, mesmo se posicionando de modo diferente em suas declarações sobre a obra, não insere no texto de seu romance respostas definitivas acerca de Bento do Amaral (Coutinho?). Nessa atitude pode ser interpretada uma declaração velada, por parte a autora, acerca das ambiguidades e diferentes narrativas presente no discurso histórico.

De modo um tanto paradoxal, Queiroz reforça o seu posicionamento de que o romancista não dever alterar fatos históricos em um artigo publicado em 30 de março de 1954 também no *Correio da Manhã*. Intitulado “Defende-se a romancista”, ele traz respostas da autora às críticas feitas por Wilson Martins no dia 18 de março anterior n’*O Estado de São Paulo* – igualmente se nota uma resposta de Dinah a Martins no texto de 3 de abril de 1954 para o *Correio da Manhã* escrito pela autora. Em sua defesa, ela contesta sobretudo a presença, apontada por Martins, de supostos anacronismos e imprecisões históricas em *A muralha*. Entre as suas observações, destacamos a que conclui o texto:

W.M. [Wilson Martins] faz outras considerações sobre os “senões” que encontrou em *A Muralha*: “As mulheres criadas pela sra. Dinah Silveira de Queiroz me parecem emancipadas demais para a época, e os homens rudes de menos”. “Bem, inspirando-se principalmente o romance no episódio histórico em que as mulheres paulistas expulsaram de seus lares os maridos que haviam chegado vencidos da guerra, nada podia fazer senão curvar-me diante da História. Mas será que o crítico acha que um romance histórico deva ser tão pouco histórico, que vá aos limites de criar, por exemplo, um Napoleão que

*ganhe, enfim, a batalha de Waterloo?...* (QUEIROZ, 1954 apud DEFENDE-SE, 1954, p. 10, grifo nosso).

A passagem grifada demonstra que, na concepção da autora, o romancista não deve subverter eventos históricos. Fazendo isso, estaria ele afastando sua obra do referente da história no qual está sua base. Assim sendo, a compreensão de Dinah sobre o que deve e pode ser feito em uma narrativa histórica se coloca em oposição à de Saramago. Entretanto, é relevante observar que, ao mesmo tempo, a exposição desses posicionamentos aproxima a autora brasileira e o autor português. Isso ocorre pois ambos redundam em discorrer acerca de suas próprias obras literárias; enquanto Dinah apresenta suas afirmações a partir do que realizou em *A muralha*, Saramago defende, sem mencionar diretamente, o que ele havia empreendido em *História do cerco de Lisboa*, romance publicado no ano anterior ao artigo “História e ficção”. Nesse livro, é narrada a circunstância na qual a personagem Raimundo, ao revisar um texto histórico, intencionalmente insere um “não” na narrativa. Essa ação acaba mudando a história de Portugal, mostrando, desse modo, aquilo que poderia ter sido, conforme sugere Saramago.

Embora distintos, os posicionamentos de Queiroz e de Saramago resultam na demonstração de dois pontos cruciais das discussões sobre o romance histórico – sejam elas propostas por ficcionistas, teóricos ou críticos. O primeiro deles é as alterações que o conceito desse tipo de narrativa sofreu com o passar do tempo, o que pode ser constatado ao se comparar, por exemplo, as ideias dos dois autores, levando em consideração as quase quatro décadas que separam suas publicações. O segundo ponto é a ausência de um consenso a respeito da definição do que seria romance histórico. Até mesmo essa nomenclatura não é unanimidade: Saramago, por exemplo, no referido artigo, declara: “Tenho ouvido que existe uma crise da História. (...) interrogo-me se tal crise não será causa direta, ainda que não única, desta espécie de ressurreição a que assistimos, (...) daquilo a que, *a meu ver erradamente, continuamos a chamar romance histórico*” (SARAMAGO, 1990, p. 19, grifo nosso); o autor, no entanto, na falta de outra designação, opta por continuar utilizando a mesma.

Já a visão de Queiroz sobre o conceito de romance histórico parte, primeiramente, do fato de a autora adotar essa nomenclatura sem contestá-la. Em segundo lugar, em sua perspectiva, fatos históricos tais quais os conhecemos não podem ser modificados; o romancista, contudo, pode valer-se de “espaços em branco” da história, narrando o que poderia ter acontecido em eventuais lacunas das narrativas históricas. Além disso, cabe novamente ressaltar o compromisso assumido pela autora em realizar extensas investigações para elaboração de seus

romances. Dessa maneira, é manifestada sua crença na necessidade de uma narrativa que, apesar de ficcional, esteja de acordo com as informações apresentadas por documentos e livros de história acerca dos fatos referenciados. É importante assinalar, entretanto, que na prática isso nem sempre aconteceu: um exemplo disso é justamente o tratamento dado à personagem Bento Coutinho, quando a autora, ao optar pela versão de certos historiadores, subverte a daqueles que narraram os mesmos fatos de maneira distinta. Adicionalmente, é o fato de que Dinah, em determinados momentos, tomou como certas algumas circunstâncias da história que foram questionadas pelos próprios historiadores por ela consultados, como acontece em relação a Taunay e a reação das paulistas no episódio do Capão da Traição.

Ao mesmo tempo, essa atuação de Dinah em espaços pouco claros da história, bem como a maneira como ela se apropriou desses espaços em suas narrativas, pode ser ligada a uma questão basilar de suas ficções históricas: o papel executado pelas personagens femininas. Em suas manifestações sobre *A muralha*, por exemplo, a autora recorrentemente comunicou a intenção de registrar a atuação das mulheres em meio ao contexto e acontecimentos históricos presentes no romance. Esse procedimento está alinhado ao que Diana Wallace (2005) aponta ser uma prática recorrente na ficção histórica de autoria feminina: a recuperação ou a recriação da história perdida, não documentada, das mulheres. Queiroz enfatizou em diversas ocasiões o papel das mulheres paulistas no Brasil colônia, bem como nos eventos históricos que servem de pano de fundo para o romance. Exemplos disso são numerosos, como pode ser observado nas citações que seguem:

Alguns amigos que leram o trabalho consideram-no um anti-José de Alencar. Porque os meus bandeirantes aparecem com um realismo heroico, que pode até vir a ser chocante. Naquela luta de vida e de morte não poderia, de fato, haver lugar para mocinhas bem vestidas e arrumadinhas. Fiz questão de assinalar o papel preponderante da mulher paulista na formação daquela mentalidade paulista (QUEIROZ, 1953 apud UMA INTELECTUAL, 1953, p. 5).

Ao imaginar *A muralha*, pretendi tirar do episódio famoso da rebelião das mulheres piratiningas, que incitaram seus maridos a voltar e a punir a ofensa do Capão da Traição, na Guerra dos Emboabas, a suma de uma mensagem sobre o papel da mulher no desenvolvimento do Brasil. Há poucos dias, [Raimundo] Magalhães Junior, referindo-se ao livro, disse que ele se poderia chamar de “As

matriarcas<sup>4</sup>, reconhecendo em *A muralha* tipos femininos de força e de energia de verdadeiros chefes. À primeira vista, isso poderá parecer desagradável. A mulher mandona nunca foi nem nunca será um ser atraente. Mas, no caso de *A muralha* criei tipos femininos que à força de solidão e de abandono, estando os maridos nas suas empreitadas no sertão, tinham que ter energia e até mesmo um heroísmo extraordinário em suas desvalidas condições de esposas sem marido (QUEIROZ, 1954 apud UM ROMANCISTA, 1954, p. 4).

E enquanto os varões paulistanos rompiam a carne mesma da terra brasileira, no impacto das descobertas, a matrona de São Paulo tomava conta das fazendas, orientava os escravos e uma força se amparava de sua fraqueza de mulher. O episódio que se seguiu à desgraça do Capão da Traição, e que fez com que as mulheres paulistanas recusassem seus maridos vencidos, dá bem a medida do que significa a grandeza do lar para os paulistas (QUEIROZ, 1954b, p. 3).

É válido ainda recuperar outro comentário da autora, presente em uma crônica escrita por Dinah por ocasião do quarto centenário de São Paulo: “As mulheres paulistanas tiveram seu duro quinhão de heroísmo, no alastramento do Brasil. Essas matronas não celebrizadas em praças públicas foram as responsáveis de que se não perdesse uma vila, sacrificada pelas viagens de filhos varões” (QUEIROZ, 1954c, p. 7). Para além das considerações que podem ser feitas a respeito de preconceitos da época reproduzidos por Dinah, destaca-se a intenção deliberada de pôr em evidência personagens femininas não célebres, mas que tiveram participação fundamental na história de São Paulo e do país.

A leitura de *A muralha* permite observar que, de fato, as mulheres são centrais para a narrativa. No romance, além de Cristina, a protagonista, há um número significativo de personagens femininas com importância fundamental para a trama: Basília, Isabel, Joana Antônia, Margarida, Mãe Cândida, Rosália. Adicionalmente, de variados modos e em variados graus, cada uma dessas mulheres carrega em si os elementos da coragem e da subversão. Isabel desvia totalmente do papel feminino estereotípico ao participar das expedições

---

<sup>4</sup> A afirmação de Dinah diz respeito a uma crítica de Magalhães Junior (1954), publicada no *Diário de Notícias* (RJ), em que ele faz tal sugestão. Relacionado a isso, é interessante observar que quando *A muralha* foi publicada no Estados Unidos, em 1980, o título dado ao romance foi *The women of Brazil*.

bandeirantes ao lado de Dom Braz. Joana Antônia, ex-prostituta vinda de Portugal para casar-se no Brasil, surge no romance de maneira não menos digna do que as demais mulheres, e sem julgamentos críticos a seu respeito. Margarida escreve versos em um momento em que a maior parte das pessoas (e sobretudo das mulheres) era iletrada. Mãe Cândida assumia a posição de liderança na fazenda durante as repetidas ausências de seu marido e filhos:

Mãe Cândida, então, era como a chefe de um pequeno Estado, um verdadeiro príncipe que encarnava em si todos os poderes. Estava sempre aprumada, erecta, sem dar sinais de cansaço e de fraqueza. Começava seu dia com os próprios escravos, ao toque da madrugada. Não ficava fechada em casa, a dar ordens. Ia pessoalmente fiscalizar os trabalhos de plantio e de colheita (QUEIROZ, 2000, p. 57).

Além disso, essa personagem assume também o papel essencial de curar os enfermos: “Depois do almoço, enquanto havia um ligeiro descanso para as outras mulheres, Mãe Cândida recebia seus doentes: também fazia de médico. Tinha um livro, que mandava Basília ler, e atendia aos escravos com toda espécie de chás e de unguentos feitos de banha de carneiro” (QUEIROZ, 2000, p. 58). Nesse trecho, é relevante observar que é descrito que Mãe Cândida assumia o papel de “médico”, no masculino. Esse detalhe pode ser compreendido como uma marca do tempo em a narrativa é ambientada, ou seja, em um momento histórico em que Mãe Cândida desempenhar a função de médica, no feminino, não era uma possibilidade – visto ser essa e outras profissões exclusividade dos homens. É interessante associar essa passagem a outra posterior em que Margarida diz a Cristina: “Na falta de padre, Deus me perdoe, se me confesso a vosmecê” (QUEIROZ, 2000, p. 107). Ao relacionar as duas circunstâncias, é posta em evidência uma concepção que perpassa as entrelinhas de grande parte do romance: ainda que a atuação das mulheres fosse cerceada em diversas esferas, suas capacidades não eram restritas – o que é colocado em relevo quando elas assumem, por exemplo, aquelas funções permitidas somente aos homens.

Basília, por sua vez, é quem faz o registro por escrito dos fatos ditados em voz alta por Dom Braz para o seu livro de assentamentos, uma espécie de diário em que ele compila o relato de ocorridos de seu cotidiano; é ela, também, a encarregada de ler e escrever cartas – novamente, em uma época em que poucas pessoas eram alfabetizadas. Essa atuação de Basília pode ser relacionada ao papel

da personagem Luisita em *Os invasores*. É ela quem exerce a função de intérprete da língua francesa entre os invasores e os habitantes locais. A personagem, ademais, também é quem transmite as informações sobre os últimos acontecimentos ao grupo de mulheres que, logo no início da narrativa, procurou abrigo em um trapiche da cidade durante a invasão. O exame em conjunto de Basília e Luisita permite distinguir a reiterada atuação de personagens femininas exercendo algum papel primordial relacionado à comunicação. Por esse ângulo, pode ser vista uma metáfora daquilo que Dinah empreende em seus romances: mulheres, antes ausentes da história, ganham atuação e voz em suas narrativas. Desse modo, na afirmativa da autora de que o romancista histórico deve preencher as lacunas da história, pode ser vista uma referência ao tratamento dado às personagens femininas. Isso porque, os espaços em branco aludidos por Queiroz podem não se referir somente àquilo não esclarecido ou registrado por historiadores, mas também ao vazio do espaço que deveria ser – mas não era – ocupado pelas mulheres, o qual ela preenche com as suas ficções históricas.

Exemplo disso, em *Os invasores*, está principalmente nas referidas circunstâncias envolvendo a presença das mulheres no trapiche. Historiadores como Charles Boxer (1969) e o já citado Fragoso (1950) apenas mencionam brevemente o fato de que 60 mulheres haviam buscado refúgio nesse espaço. Nessa constatação, pode ser visto aquilo que aponta Michelle Perrot (2007, p. 21): “Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos”. Nas duas obras históricas aludidas, assim, são observadas as consequências desse apagamento. Dinah, por sua vez, desenvolve parte significativa de seu romance em torno dos acontecimentos ocorridos a partir dos eventos gerados pela presença das mulheres no trapiche. É apresentando, por exemplo, quem eram as mulheres que lá estavam, como se davam as relações entre elas, quais foram as suas ações durante o embate. É importante, nesse sentido, o fato de três personagens centrais do romance serem mulheres – além de Luisita, Inês e Daniela – que estavam em meio a esse grupo no trapiche. Assim, do mesmo modo como pode ser constatado em *A muralha*, se tem a escolha por fatos da história sobre quais se tem apenas informações imprecisas, mas que carregam em si a participação de personagens femininas. Se no primeiro romance isso se manifesta na revolta das paulistas, em *Os invasores* isso é observado justamente na narrativa em torno desse grupo de mulheres. Dinah, assim, parte de um pormenor para desenvolver todo seu romance. O relevo do protagonismo das personagens femininas parece ter se sobressaído de tal maneira que o título do livro, em edições mais recentes, foi alterado para *Daniela e os invasores*, marcando o papel de destaque que a personagem feminina tem

nessa obra de Dinah Silveira de Queiroz, assim como na maior parte de sua literatura.

## Considerações finais

Ao recuperar diferentes pontos de vista sobre a ficção histórica e sobre as relações entre literatura e história, se pretendeu identificar afinidades e diferenças entre essas e as concepções que Dinah apresentou em seus depoimentos. Assim, foi possível notar uma visão, por parte da autora, contraditória em alguns aspectos. Isso porque, ao mesmo tempo em que ela manifestou alguns posicionamentos em que se observam visões bastante tradicionais acerca da história e do romance histórico, a escritora se valeu desse tipo obra para, por exemplo, dar espaço à atuação de personagens femininas, reconhecidamente marginalizadas. A opção por circunstâncias incertas, ainda, pode ser relacionada com o empenho em narrar histórias de mulheres que, devido a fatores como a precariedade ou inexistência de documentação, foram muitas vezes apagadas do discurso histórico. Logo, ao eleger eventos como a Guerra dos Emboabas ou invasão francesa ao Rio de Janeiro, é viabilizado o preenchimento de espaços em branco da história, de modo a integrar, também, a atuação (apagada) das personagens femininas. Assim, de diferentes maneiras, a elaboração das tramas envolvendo Cristina, Mãe Cândida, Daniela, Inês, entre várias outras personagens, permite trazer as mulheres para o espaço da história. Isso acontece, é importante sublinhar, não sem falhas; uma das principais dessas é o fato de que, ao mesmo tempo em que é recuperada a atuação das mulheres na história, as personagens femininas centrais, ou mesmo grande parte daquelas de papel secundário, são brancas – privilegiadas racialmente –, e em posições favorecidas social e/ou economicamente.

Adicionalmente, a escolha de Queiroz por fatos históricos obscuros e controversos pode ser diretamente ligada ao que a escritora reiteradamente afirmou sobre o romance histórico: sua atuação deveria permanecer nas lacunas da história e não subverter seus acontecimentos. Considera-se indiscutível que as abordagens possíveis às quais se pode submeter uma obra literária não se condicionam ao que seu autor disse ou escreveu sobre ela. No entanto, ainda assim é relevante observar de que maneira a concepção de Dinah de romance histórico, bem como as suas opiniões sobre as relações entre ficção e histórica, se manifestam, ou não, em *A muralha* e *Os invasores*. Ademais, é significativo o fato de seus escritos se integrarem e dialogarem com as numerosas abordagens existentes sobre essas questões, desde aquelas propostas por Aristóteles até os mais bem mais recentes

Hayden White e Paul Ricoeur. A escritora paulista, assim, é um exemplo de ficcionista que, juntamente com José Saramago e Mario Vargas Llosa, simultaneamente produziu ficções históricas e refletiu sobre suas implicações – mesmo considerando que tais reflexões de Queiroz se restrinjam a breves textos para a imprensa.

## Referências

- ARISTÓTELES. **Poética**. 4. ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 1994.
- BOXER, Charles Ralph. **A idade de ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- CONDÉ, João. “Biografia do livro”. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 65, 13 fev. 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/003581/90426>. Acesso em: 11 set. 2020.
- “DEFENDE-SE a romancista”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 10, 30 mar. 1954. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/35210](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/35210). Acesso em: 11 set. 2020.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **Os franceses no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
- LACOMBE, Américo Jacobina. “Prefácio”. In: SILVEIRA, Alarico. **Enciclopédia brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.
- LLOSA, Mario Vargas. “La verdad de las mentiras”. In: LLOSA, Mario Vargas. **La verdad de las mentiras**. Buenos Aires: Alfaguara, 2009.
- MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. “As matriarcas”. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 6 jan. 1954. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/093718\\_03/29551](http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/29551). Acesso em: 11 set. 2020.
- MARTINS, Wilson. “Do romance histórico”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 6, 18 mar. 1954. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19540318-24189-nac-0006-999-6-note33333333333333333354>. Acesso em: 11 set. 2020.
- MELLO, José Soares de. **Emboabas**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1979.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PRADO, Paulo. **Paulística etc**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- QUEIROZ, Dinah Silveira de. **A muralha**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- QUEIROZ, Dinah Silveira de. “A semente”. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 jan. 1954b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/003581/90084>. Acesso em: 11 set. 2020.

- QUEIROZ, Dinah Silveira de. “Ficção e realidade em **A muralha**”. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 3, 21 nov. 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/003581/83868>. Acesso em: 11 set. 2020.
- QUEIROZ, Dinah Silveira de. “O romance histórico e os mandarins”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 6, 3 abr. 1954a. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/35287](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/35287). Acesso em: 11 set. 2020.
- QUEIROZ, Dinah Silveira de. **Os invasores**. Rio de Janeiro: Ediouro, [198-].
- QUEIROZ, Dinah Silveira de. “Os jovens quando julgam”. **Diário do Paraná**, Paraná, p. 2, 29 nov. 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/125922>. Acesso em: 11 set. 2020.
- QUEIROZ, Dinah Silveira de. “Toadinha de amor a São Paulo”. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 7, 24 jan. 1954c. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_14/23688](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_14/23688). Acesso em: 11 set. 2020.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** (tomo 1). Campinas: Papyrus, 1994.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** (tomo 3). Campinas: Papyrus, 1997.
- ROMEIRO, Adriana. “Guerra dos Emboabas: balanço histórico”. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 1, p. 106-117, 2009. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/ensaio01\\_2009.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/ensaio01_2009.pdf). Acesso em: 23 ago. 2021.
- SANTOS, Fabio Lobão Marques dos. **Entre honras, heróis e covardes: invasões francesas e disputas político-familiares** (Rio de Janeiro, século XVIII). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- SARAMAGO, José. “História e ficção”. **Jornal de Letras**, Lisboa, p. 17-20, 6 mar. 1990.
- SILVEIRA, Alarico. **Enciclopédia brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.
- TAUNAY, Afonso d'Escragnoille. **História geral das bandeiras paulistas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1948. t. 9.
- “UMA INTELECTUAL pode vestir bem”. **Flan**: o jornal da semana, Rio de Janeiro, p. 5, 31 mai./6 jun. 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/100331/243>. Acesso em: 11 set. 2020.
- “UM ROMANCISTA e o 4º centenário de São Paulo”. **A noite**, Rio de Janeiro, p. 4, 19 jan. 1954. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_05/22538](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_05/22538). Acesso em: 11 set. 2020.
- WALLACE, Diana. **The woman's historical novel: British women writers, 1900–2000**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005.
- WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1992.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

Submetido em: 19/12/2023

Aceito em: 12/05/2024